



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Processo TC</b>           | 6769/989/16                              |
| <b>Poder</b>                 | EXECUTIVO                                |
| <b>Município</b>             | Francisco Morato                         |
| <b>Entidade</b>              | PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO |
| <b>Período</b>               | 07/2017                                  |
| <b>Relator</b>               | Dr. Edgard Camargo Rodrigues             |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | 09ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO            |
| <b>Responsável</b>           | RENATA TORRES DE SENE                    |
| <b>Cargo</b>                 | PREFEITO                                 |
| <b>CPF</b>                   | 275.425.248-79                           |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2017 a 31/12/2020                  |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições

## 2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

### 2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação

desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

## **2.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

## **2.3 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 12/09/2017

**Hora da Geração:** 23:08:19